

**Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento
Albuquerque ou o MME:**

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: ‘Em dez anos, mercado livre deve ter até 50% do consumo’	2
Título: » Sinal verde.....	3
Título: Encontro marcado para setembro.....	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Guedes quer priorizar concessões no BNDES.....	5

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 14/06/2020****Seção: Economia****Autor: Luciana Collet****Título: 'Em dez anos, mercado livre deve ter até 50% do consumo'**

Em dez anos, o mercado livre de energia deve responder por mais da metade do consumo brasileiro, concentrando todo o consumo industrial e comercial de grande porte, e possivelmente também o segmento residencial de maior consumo. A avaliação é do presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Junior. “Acredito muito nesse mercado, acho que é a saída, tal qual em outros países do mundo, e faz parte do projeto de modernização do setor”, disse o executivo, citando projeto de lei do Senado, durante live promovida na tarde desta sexta-feira passada pela Genial Investimentos.

Ele destacou, em particular, o movimento de segmentação que vem sendo observado pelos agentes de comercialização e customização dos contratos e serviços no mercado livre, para melhor atendimento do consumidor. E citou, em particular, o crescente interesse por energia certificada, proveniente de fonte renováveis. “E teremos vantagem nisso, nós Eletrobrás e o Brasil, mas nós mais que o Brasil”, disse, referindo-se ao fato de que a matriz elétrica da estatal possui 96% de fontes renováveis, enquanto no Brasil esse índice é de cerca de 80%. Ferreira Jr. também citou que após um período de preços mais baixos, afetados pela redução da atividade econômica provocada pela pandemia, já se observa um início de recuperação, refletindo o otimismo dos mercados com a retomada econômica.

O presidente da Eletrobras minimizou os problemas enfrentados por alguns agentes do mercado livre no início das medidas de distanciamento social, quando consumidores livres foram à Justiça em busca de liminares que permitissem flexibilização dos contratos. “Tem muito pouca tentativa de mudança de contrato”, disse. Segundo ele, a Eletrobrás registrou apenas pedidos de renegociação para os pagamentos das faturas, por causa de problemas de caixa enfrentados por seus clientes. “Este é um mercado rigoroso, onde as relações bilaterais são muito importantes, e isso explica em grande medida o porquê da não enganação”, disse Ferreira Jr., em uma referência à uma possível tentativa de consumidores de buscar uma redução de contratos para se aproveitarem do momento de baixa dos preços no mercado spot.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 14/06/2020****Seção: Colunas****Autor: CIRCE BONATELLI, CYNTHIA DECLOEDT, AMANDA PUPO E DENISE LUNA****Título: » Sinal verde.**

Coluna do Broadcast

A Petrobrás obteve sentença favorável no processo envolvendo a venda de campos terrestres de petróleo e gás natural, e instalações integradas, situados na Bahia. A venda foi questionada em ação popular, negada pela 1ª Vara Federal de Sergipe. Cabe recurso sobre a decisão. O juiz entendeu que valia a deliberação do Supremo Tribunal Federal, de 2019, segundo a qual a venda do controle de subsidiárias de estatais não precisa de autorização legislativa, desde que o processo tenha transparência.

» Ativos. Entre os campos afetados pela decisão estão o Polo Miranda, que já está em fase vinculante, ou seja, em conversas formais de venda; e os campos Conceição, Fazenda Matinha, Fazenda Santa Rosa e Quererá, todos com contratos assinados e dependendo de aprovação de órgãos reguladores. Os desinvestimentos são parte da estratégia da Petrobrás de focar suas operações nos campos marítimos.

» Urânio. A L2 Capital Partners vai lançar na sexta-feira, 19, um fundo multimercado com investimento direto no exterior que terá entre seus ativos o mercado de urânio. Segundo o gestor Marcelo López, apesar de a cotação ter despencado desde o acidente em Fukushima, o mineral deverá fechar o ano com o melhor desempenho entre as commodities.

» Sobe. As duas maiores minas de urânio do mundo estão fechadas, e as outras, com a produção suspensa ou cancelada. O nível dos estoques também está nas mínimas históricas. O preço do urânio chegou a tocar US\$ 17/libra-peso após o acidente, em 2011, e era cotado em torno dos US\$ 32/l em abril. Segundo a Agência Internacional de Energia, o preço justo seria de US\$ 60/l.

» Discurso. Segundo López, a narrativa em relação ao urânio mudou por conta dos investimentos de US\$ 1 bilhão feitos por Bill Gates e do apoio do presidente dos EUA, Donald Trump. Este ano entram em operação 13 reatores nucleares no mundo e mais 13 ano que vem. Há 450 em operação e outros 50 em construção.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 14/06/2020****Seção: Colunas****Autor: José Roberto Mendonça de Barros****Título: Encontro marcado para setembro**

O futuro do governo Bolsonaro e o comportamento da economia em 2021/2022 serão determinados pelo resultado de um grande embate que deverá ocorrer a partir de setembro, quando vários vetores relevantes tendem a se encontrar. Menciono a seguir os mais relevantes.

Em primeiro lugar, por volta de agosto teremos mais clareza quanto ao tamanho da recessão, do desemprego e da insolvência de empresas. Isso porque muito dos programas sociais chegarão ao seu final e será o momento em que saberemos quais empresas conseguiram atravessar o deserto do isolamento social. O certo é que o número de quebras em empresas médias e pequenas será enorme, sem precedentes. Além disso, teremos mais clareza quanto ao tamanho do déficit primário deste ano, que será de no mínimo R\$ 750 bilhões, podendo chegar a um trilhão de reais. Esses valores (PIB, desemprego e déficit fiscal) balizarão o desafio dos próximos anos, que é o de retomada do crescimento, em condições muito adversas.

Também é, neste momento, que teremos uma noção mais precisa do enorme custo humano da pandemia. Sem querer me aventurar no mundo das projeções, parece seguro dizer que teremos, pelo menos, 80 mil mortos acumulados desde o início da pandemia, apenas atrás dos Estados Unidos. A despeito disso, na maior parte das capitais, onde mora a chamada opinião pública, as ruas já estarão livres e manifestações poderão ocorrer. Da mesma forma, é certo que, neste momento, o Congresso já funcionará ao vivo, o que reverbera muito mais os dilemas políticos.

Neste momento, a política econômica e as propostas para os próximos dois anos terão que ser repaginadas e se traduzirão no orçamento fiscal (embora não apenas aí). Digo repaginadas porque a pandemia mudou a natureza do problema e não se pode apenas retomar o que estava na mesa em janeiro. Isto envolve, para começar, as seguintes questões:

– Manter o emergencial como temporário, não apenas nas despesas, como também nos atrasos ou suspensões de pagamentos de todos os tipos. Será um desafio enorme, em tempos de proeminência do Centrão, segurar as dezenas de propostas de elevação de gastos ou de redução de tributos (110 projetos, segundo o Centro de Liderança Pública), bem como a inevitável proposta de um novo Refis. A pressão nessa área será gigantesca.

– A pandemia revelou a fragilidade em que vive grande parte da população. O reforço do SUS e algo na linha de um programa de renda mínima deverão passar a fazer parte do arsenal de políticas públicas.

Daí vem o mais relevante: como fazer para retomar uma trajetória de crescimento e sair do buraco onde estamos? A questão é grave, porque dentro do governo já se colocaram duas possibilidades, que podemos chamar de Plano Pró-Brasil e Plano Guedes. O primeiro grupo, do qual participam os ministros militares do Planalto e os Ministérios de Infraestrutura, Energia e Desenvolvimento Regional, propõe que a retomada do crescimento seja liderada por investimentos públicos na infraestrutura, um tipo de PAC.

De outro lado, o ministro Paulo Guedes terá que apresentar sua proposta. Ao contrário do ano passado, quando muitos projetos sequer foram concluídos, desta vez a equipe econômica terá que apresentar uma visão de conjunto de um plano que vá além das costumeiras declarações genéricas. Isto inclui pelo menos os seguintes pontos:

- O que vai mesmo se encerrar até o final do ano em programas emergenciais.
- O que vai ser incorporado aos orçamentos anuais, especialmente na área de saúde e de programas de transferência de renda.
- Como será encaminhada a conta de pessoal, que continua a se expandir como resultado do poder das grandes corporações, que segue inabalável. Haverá uma reforma administrativa? E a chamada PEC emergencial? E o teto de gastos?
- Haverá um programa realista de concessões? E de privatizações? Nesta hora da verdade, não dá para vir com platitudes como a que previu arrecadar um trilhão de reais vendendo imóveis públicos.
- Como ficarão os principais dilemas regulatórios nas áreas de energia elétrica, de petróleo, de gás e do meio ambiente? Não haverá investimentos relevantes e acordos comerciais enquanto a Amazônia pegar fogo e o ministro Salles passar suas boiadas.

O embate destas duas vertentes, junto com a política, é que vai determinar se voltaremos ou não a crescer. Voltaremos a isso em nosso próximo encontro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/06/2020

Seção: Mercado

Autor: Julio Wiziack e Fábio Pupo

Título: Guedes quer priorizar concessões no BNDES

Plano é restringir socorros setoriais na crise e garantir que banco tenha recursos para investimentos no pós-pandemia

Brasília- O BNDES vai operar com restrições e privilegiar recursos para o programa de concessões, visto como pivô da retomada planejada pela equipe econômica. A orientação foi dada pelo ministro Paulo Guedes (Economia).

Assessores e técnicos afirmam que, embora não haja limites definidos, o banco prevê atravessar a crise do coronavírus com menos de 30% de seu funding — recursos próprios para empréstimos — comprometido com operações emergenciais.

O restante será destinado às operações de financiamento a concessões. Para Guedes, elas serão chave do crescimento.

Esse é um dos motivos para que o socorro setorial (montadoras, companhias aéreas e elétricas, por exemplo) seja aprovado com valores inferiores ao que foi solicitado.

As companhias aéreas foram as primeiras a pedir ajuda. Inicialmente, o setor apresentou proposta para linhas de crédito de R\$ 8 bilhões, mas o banco só aceitou liberar metade.

No setor elétrico, as empresas queriam R\$ 25 bilhões, mas deverão receber entre R\$ 10 bilhões e R\$ 12 bilhões.

Cada uma das quatro principais montadoras de automóveis pediu R\$ 7 bilhões. Isso consumiria todo o dinheiro disponibilizado para a ajuda emergencial do banco.

Surgiram então rumores da fragilidade do caixa da instituição. O banco ainda terá de devolver R\$ 270 bilhões ao Tesouro até 2022, conforme estabelecido pela equipe econômica no começo do governo Jair Bolsonaro.

Nos bastidores, executivos da instituição dizem que há “conforto de caixa” para garantir a ajuda emergencial porque, desta vez, o risco está compartilhado por um sindicato de bancos.

O socorro sairá de “vários bolsos”. Essa medida permitirá dividir o risco das operações e queimar menos recursos próprios nas operações de socorro à economia.

Eles afirmam ainda que, quando as conversas com o banco tiveram início, muitas empresas incluíram no cálculo de suas necessidades valores destinados ao aumento de salário de executivos, dívidas da empresa com o acionista

(controlador), distribuição de dividendos e outras obrigações, que, na avaliação do banco, não se relacionam com a sobrevivência da companhia. Esse foi outro motivo para a redução dos valores aprovados.

O rigor na concessão do crédito, para que o dinheiro não fosse destinado para finalidades diferentes do ajuste de caixa, tem como objetivo cumprir uma recomendação de Guedes dada ao presidente do BNDES, Gustavo Montezano, de salvar, ao máximo, os recursos do bancos para o que o ministro chama de “segunda onda da crise”.

Para tentar reduzir o impacto causado pelo coronavírus, a prioridade do BNDES será garantir os empréstimos de longo prazo para o programa de concessões em infraestrutura.

A expectativa de investimentos gira em torno de R\$ 250 bilhões, caso somente o cronograma dos leilões do Ministério da Infraestrutura dos próximos dois anos seja mantido. A infraestrutura já responde por 41,4% dos financiamentos do banco.

Esses projetos representam risco baixo com receita garantida porque se referem a negócios regulados, como estradas (pedágios) e aeroportos (tarifas). Há também projetos importantes em Minas e Energia.

A política de reserva de recursos do banco para os financiamentos das concessões foi revelada em uma videoconferência do ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, e de Montezano.

Mesmo sendo o grande beneficiado com a estratégia de Guedes, Tarcísio, que concentra a maior parte dos projetos de concessão, foi um dos que mais defenderam a ajuda do BNDES ao setor aéreo.

Para que a operação fosse viabilizada, o banco aceitou se tornar sócio das companhias, com até 20% de participação, caso não paguem o empréstimo. Sem a ajuda, na avaliação dos técnicos, haveria quebra de setor no setor.

No setor elétrico, as garantias serão dadas pelos próprios consumidores por meio das contas de luz.

Ainda está em avaliação qual será o modelo para o setor automotivo.

Técnicos do banco afirmam que não existe um limite previamente estipulado para a ajuda emergencial. Eles, porém, confirmam que existe uma diretriz de equacionamento para preservar o plano de retomada.

Procurado, o BNDES não quis comentar.

MME / ASCOM .